

DF - educação

Escola nega matrícula a militante estudantil

Estudantes desconfiam de perseguição política

PAULO NEGREIROS

ALUNO É INTEGRANTE DO GRÊMIO ESTUDANTIL NO CENTRO DE ENSINO 7



COMO o colega, Francisco, Renato (E) teve a matrícula suspensa

O estudante do segundo ano do 2º Grau, Renato de Jesus da Silva, 21 anos, foi impedido de se matricular no curso supletivo do Centro de Ensino 7, de Ceilândia. A justificativa da direção da escola é que ele não poderia estudar mais, naquela escola, por indisciplina. Militante do PSTU e diretor do grêmio estudantil, Renato acha que o motivo real é político. A secretária de Educação, Eurides Brito, diz que não pode interferir. Pelo regimento, as escolas da rede pública têm autonomia didática.

O caso da matrícula de Renato é o desdobramento da briga entre diretores do grêmio e a direção da escola. Amigo e companheiro de militância político, Francisco José Targino, 24 anos, foi expulso da escola pelo diretor Antonio Tomé, mas foi reintegrado, há dez dias, por uma liminar da Justiça. O diretor o acusa de ser indisciplinado, falsificar documentos e incitar outros estudantes a ingerir bebidas alcoólicas, e registrou ocorrência na 15ª Delegacia de Polícia. "É tudo mentira, nos perseguem porque cobramos um ensino melhor", explica Francisco, que faz parte do grêmio estudantil do Centro Educacional 7 desde 1997.

Há dez dias Renato tentou

se matricular no módulo seguinte, do supletivo, e foi impedido pela direção - no curso, as matrículas são feitas a cada cinco semanas. "Disseram que sou da mesma laia do Francisco", conta. Se quiser continuar estudando, Renato tem que tentar a matrícula no Centro de Ensino 3, muito longe da sua casa, no Setor O. "É muito longe e eu preciso trabalhar, também não posso gastar dinheiro com ônibus", reclama.

Como Francisco, Renato também pretende ingressar na Justiça para retomar os estudos. E o diretor Antonio Tomé avisou que vai recor-

rer. A situação pode virar uma grande batalha jurídica. De acordo com a Constituição Federal, educação pública e gratuita é dever do Estado e direito do cidadão. A secretária Eurides Brito diz que não pode fazer nada. Ela explica que o aluno terá de recorrer ao Conselho Escolar, que é constituído por representantes eleitos de estudantes, professores e pais. Se o problema não for resolvido, a instância seguinte é o Conselho de Educação, também representado por estudantes, professores e pais. Eurides não integra nenhum dos dois Conselhos.